



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17904 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

A ESCOLHA DO CURSO DE GRADUAÇÃO: RELATOS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Andreza Vidal Bezerra - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A ESCOLHA DO CURSO DE GRADUAÇÃO: RELATOS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, após recentes movimentos políticos liderados por pessoas com deficiência, foi possível conquistar um marco regulatório promissório. Esse progresso é detalhado no livro e documentário "História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil" (Brasil, 2010).

A exemplo das conquistas supracitadas, podemos citar a Constituição Federal de 1988, que propõe um conjunto de medidas que visam à efetivação de políticas públicas em diversas áreas, como saúde, previdência, educação e trabalho.

Além da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, em seu artigo 2º, estabelece que a educação é dever da família e do Estado, fundamentada nos princípios de liberdade e solidariedade, enfatizando a responsabilidade coletiva no desenvolvimento cidadão e profissional de educandos com e sem deficiência.

No que se refere à Educação Especial, o Capítulo V da LDB define essa modalidade de ensino como destinada a educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

Outro marco importante para a garantia dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência é a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa lei tem como objetivo promover e garantir condições de inclusão social em várias dimensões da vida humana, como educação, trabalho, lazer, saúde e acessibilidade.

Uma das conquistas mais relevantes para a democratização do acesso à educação superior é a Lei nº 12.711/2012, que, após ser modificada pela Lei nº 13.409/2016, passou a incluir as pessoas com deficiência. Essa legislação, conhecida como “lei de cotas”, foi recentemente aprimorada pela Lei nº 14.723/2023, estabelece um programa especial para equiparar as possibilidades de ingresso em instituições federais de educação superior e ensino técnico.

Apesar desses avanços regulatórios, ainda faz-se necessário implementar políticas públicas e institucionais que eliminem os obstáculos à plena participação, permanência e aprendizagem de todos na educação superior, principalmente porque historicamente o acesso à educação superior no Brasil foi reservado à aristocracia e às pessoas com recursos financeiros e conexões políticas, reflexo de uma colonização exploratória (Flores, 2017).

Nesse sentido, a universidade, fundamentada em uma perspectiva capacitista baseada no modelo médico da deficiência, frequentemente ignora as múltiplas barreiras — pedagógicas, comunicacionais, atitudinais, entre outras — que impedem a plena participação de estudantes com deficiência na comunidade acadêmica.

Conforme os estudos de Farias, Bezerra e Pita (2023) apontam, o capacitismo, velado ou explícito, influencia as experiências das mulheres com deficiência, tendenciando a escolha do curso e anulando seus objetivos e preferências pessoais, ajustando-as às expectativas sociais do que é considerado adequado para uma mulher com deficiência.

Sabendo disso, o presente trabalho objetiva analisar as experiências vivenciadas por mulheres discentes com deficiência em relação a escolha do curso universitário a partir da metodologia história oral temática.

Para uma compreensão mais aprofundada deste estudo, apresentaremos inicialmente discussões sobre a presença de mulheres discentes com deficiência na Educação Superior. Em seguida, detalharemos o percurso metodológico adotado, apresentaremos os resultados obtidos e discutiremos suas implicações, culminando nas considerações finais das autoras.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos, após movimentos em prol de uma educação inclusiva, observa-se um aumento no ingresso de pessoas historicamente excluídas, como mulheres e pessoas com deficiência.

A esse respeito, O Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2022 (Brasil, 2024) revela que, entre 1.336.883 discentes matriculados em cursos de graduação nas Instituições Federais de Educação Superior, 683.949 são mulheres. O censo também aponta a presença de 79.262 discentes público-alvo da educação especial em cursos de graduação nas Instituições de Educação Superior (IES). No entanto, os dados não fazem distinção entre discentes com deficiência do sexo feminino, o que invisibiliza as suas condições de acesso e permanência, dificultando o desenvolvimento de políticas adequadas às suas necessidades.

Embora as mulheres representem a maioria na Educação Superior, essa conquista não se reflete na eliminação da desigualdade de gênero, uma vez que a presença feminina ainda é incipiente nas ciências exatas e em carreiras de destaque, por exemplo (Beltrão, 2009; Freitas, Carvalho, 2018).

A ausência de dados específicos sobre mulheres com deficiência na Educação Superior é uma problemática, pois impede a visibilidade de suas necessidades e o desenvolvimento de políticas inclusivas adequadas.

Destacamos ainda que a educação, seja básica ou superior, exige a implementação de políticas e práticas educacionais inclusivas, conforme orientações internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), que enfatiza a universalização do acesso e a promoção de uma educação equânime a todas as pessoas.

No caso das mulheres com deficiência, a escolha por certos cursos pode ser dificultada tanto

pelo gênero quanto pela deficiência, vista como um impedimento grave, que, reforçada por diagnósticos médicos e pareceres de docentes e servidores técnicos-administrativos nas IES.

Diante desse cenário, é necessário ressignificar políticas e práticas nas IES brasileiras para ampliar as possibilidades de inclusão das mulheres com deficiência. Isso contribuirá para a construção de uma cultura não excludente, ampliando as perspectivas de progresso acadêmico, profissional e pessoal dessas mulheres, que, em uma sociedade capacitista e sexista, continuam a ser privadas de seus direitos.

## 2.1 Percorso Metodológico

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, considerada adequada para elucidar a problemática estudada, pois permite compreender o fenômeno no contexto em que ocorre (Godoy, 1995).

A história oral temática é o método escolhido por sua capacidade de dar visibilidade às experiências das discentes com deficiência, permitindo uma análise das trajetórias escolares e sociais a partir do ponto de vista dos próprios sujeitos (Glat, Pletsch, 2009).

A escolha da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) enquanto locus do estudo decorre da proximidade com questões relacionadas a inclusão e acessibilidade das pesquisadoras e da necessidade de um recorte geográfico viável para a realização do estudo.

Em se tratando de uma pesquisa com seres humanos, esta foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e segue as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). As identidades das participantes serão preservadas por meio de codinomes, escolhidos por sua relevância e impacto na representação e ativismo feminino.

Com base nos dados obtidos na primeira etapa da pesquisa - aplicação de um Formulário Google amplamente disseminado na UFPB -, Foram selecionadas quatro discentes com deficiência para a fase de entrevistas, realizadas via Google Meet devido ao final do período letivo e às demandas diárias das participantes.

Visando manter o anonimato das mulheres discentes com deficiência participantes da pesquisa, utilizamos codinomes.

Quadro 1: Mulheres discentes com deficiência participantes da fase de entrevista da pesquisa

Codinome

Deficiência

Curso

Helen Keller

Deficiência Auditiva

Licenciatura em Pedagogia

Laureane Costa

Deficiência Física

Licenciatura em Filosofia

Dorina Nowill

Deficiência Visual

Bacharel em Terapia Ocupacional

Frida Kahlo

Deficiência Física

Bacharel em Ciências Sociais

A respeito dos procedimentos necessários para a análise dos dados, as entrevistas foram transcritas e organizadas em temas emergentes, sendo analisadas à luz dos estudos feministas da deficiência (Diniz, 2003, 2007; Farias, 2017; Garland-Thomson, 2019).

Além disso, utilizamos a Análise Dialógica do Discurso (ADD) a fim de examinar as entrevistas, considerando o contexto social, histórico e cultural dos discursos (Destri, Marchezan, 2021).

A ADD permite explorar como diferentes discursos se inter cruzam e influenciam a construção de significados, reconhecendo a interação entre perspectivas diversas (Souza, Melo, Nogueira, 2023).

A metodologia proposta visa proporcionar uma análise clara das experiências das estudantes com deficiência, evidenciando não apenas os obstáculos enfrentados, mas também seus desejos e habilidades, intencionando contribuir para a construção de políticas de inclusão e acessibilidade mais eficazes, oferecendo uma visão mais ampla sobre a realidade dessas mulheres no ambiente acadêmico.

## 2.2 Resultados e Discussões

Escolher um curso de graduação é uma tarefa complexa para qualquer pessoa, muitas vezes exigida pela pressão de ser uma decisão definitiva. Além disso, fatores como gênero, deficiência, raça, etnia e sexualidade, que podem se articular de maneira interseccional, limitam as opções de escolha pessoal (Silva, 2017, 2020; Eugênio, 2022)

Esses fatores, aliados à influência de terceiros, às condições para a realização do exame que possibilitará o ingresso nas IES, à disponibilidade de vagas no Sistema de Seleção Unificada (SISU) e à localização da universidade, entre outros aspectos que podem surgir ao longo da graduação, muitas vezes levam a uma mudança de direção.

Frida, por exemplo, relata que sempre contou com o apoio de sua família, independentemente do curso que escolher. No entanto, foi a influência de um amigo e a disponibilidade de vagas que levaram a optar por Ciências Sociais.

Frida: Porque eu já tinha um amigo no curso, e ele falava sobre. Na verdade, eu nunca quis Serviço Social, eu quis Psicologia, e tudo aconteceu de uma forma que até hoje eu não entendi muito bem como aconteceu, sabe? Eu costumo dizer que o Serviço Social me escolheu, não eu que o escolhi.

Dorina, por outro lado, passa após por outros cursos universitários e enfrenta o nascimento prematuro de sua filha, que atendeu em necessidades específicas, sentindo-se motivada a seguir uma carreira na área da saúde.

Dorina: Foi depois do nascimento da minha filha, por tudo o que eu passei com ela na UTI neonatal, que surgiu essa vontade de procurar uma área da saúde. Quando fiz o Enem, fiquei na lista de espera para Medicina. Minha primeira opção foi Medicina e a segunda, Terapia Ocupacional (TO). Acabei não conseguindo entrar em Medicina, mas entrei em TO, e foi quando descobri a Terapia Ocupacional, pesquisei sobre o curso e fiquei fascinada, apaixonada, é um curso bem abrangente e que eu realmente me realizaria nele.

Além da influência de outras pessoas e da proximidade com gostos pessoais, há situações que nos levam a escolher certos cursos, impregnadas por questões de gênero e deficiência, como revela Dorina.

A história de Helen, por sua vez, demonstra como as necessidades econômicas também desempenham um papel significativo na escolha profissional.

Helen: Eu comecei a dar reforço escolar aos 11 anos e continuei até os 20. Aí eu passei para Pedagogia e gostei.

Para algumas pessoas, o desejo de ingressar em um curso universitário é nutrido desde a infância ou adolescência por familiares e amigos, persistindo até a vida adulta. No caso das mulheres com deficiência, muitas vezes não são vistas a partir de suas potencialidades, o que limita suas chances de ingresso na Educação Superior e suas escolhas profissionais.

Helen, por exemplo, relata que, após a morte de seus pais, ficou sob os cuidados dos irmãos mais velhos, que, devido à sua deficiência, não os defendeu que ela poderia ingressar na universidade.

Helen: Por eles, eu nem teria entrado na universidade. É justamente por conta desse diagnóstico que eu tenho, só que eles não sabiam, eu cresci me chamando de doida. 'Você é doida, você não entende nada, você não consegue entender, você é cheio de gosto'.

Esse relato destaca que, apesar dos avanços na acessibilidade das pessoas com deficiência em diversos espaços sociais, ainda há quem perpetue a exclusão. O capacitismo é tão profundo que ainda define quais funções podem ou não ser ocupadas por pessoas com deficiência (Farias, 2017).

Um dos fatores cruciais para o ingresso na Educação Superior é o incentivo, geralmente vindo de familiares, amigos ou instituições especializadas no atendimento a pessoas com deficiência.

Laureane nos convida a refletir sobre uma realidade desafiadora no Brasil, onde, durante muito tempo, apenas pessoas com maior poder aquisitivo, homens brancos e sem deficiência tinham acesso à Educação Superior.

Como apresentado na introdução, após uma série de movimentos políticos, os direitos foram conquistados, permitindo o ingresso de pessoas de diferentes classes sociais, raças, etnias, gêneros e deficiências nas universidades públicas.

Laureane: Não tem não, apoio de família não. Porque assim, é uma família onde as pessoas não gostam de estudar, elas não entendem quando a gente está estudando. Se você para pra estudar, as pessoas acham, eu nem sei o que é que acham, acham que é melhor, que é isso.

O longo processo de exclusão dos espaços universitários ainda gera, nos dias atuais, estranhamento por parte daqueles que não conhecem o ambiente universitário, dificultando a transmissão do desejo de ocupar esse espaço para seus filhos. Contudo, a educação deve ser vista como um campo fértil para a transformação social.

Na mesma linha de pensamento, bell hooks (2020) enfatiza a importância de um processo educacional transgressor, que vai além da mera transmissão de conhecimento.

Diante disso, consideramos que a educação deve ser compreendida como um espaço indispensável para o desenvolvimento do pensamento crítico, incentivando a capacidade de questionar e desafiar as estruturas de poder existentes.

Somente através de um sistema educacional verdadeiramente emancipatório, podemos aspirar à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, propomos analisar as experiências de mulheres discentes com deficiência na escolha do curso universitário, utilizando a metodologia de História Oral Temática e fundamentando nossa análise nos Estudos Feministas da Deficiência.

Os dados revelam a importância de que mulheres com deficiência encontrem, tanto no ambiente familiar quanto na educação básica, nas instituições de atendimento especializado e nos espaços de assistência social, ações que as incentivam e fortaleçam.

Essas ações devem promover a autoconfiança necessária para que essas mulheres se sintam empoderadas a ocupar os espaços que almejam e fazer escolhas alinhadas aos seus interesses e aspirações, rompendo com as barreiras impostas pelo sexismo, capacitismo e outras formas de discriminação.

Neste sentido, almejamos que a presente pesquisa promova uma maior conscientização sobre as diversas formas de discriminação enfrentadas por mulheres com deficiência, ensejando a criação de ações que atendam às suas necessidades, contribuindo assim para a ampliação de suas possibilidades de escolha e para a promoção de uma maior autonomia na definição de seus caminhos pessoais e profissionais.

### REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, p. 125-156, 2009.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL, Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o acesso de pessoas com deficiência e de pessoas oriundas da escola pública ao ensino superior. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Documento orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Secretaria de Educação Superior, 2013.

BRASIL. Dados do censo escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência. Abr. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa

com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a ampliação da reserva de vagas para pessoas com deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 15 de agosto de 2023. Institui o Programa de Incentivo ao Acesso das Pessoas com Deficiência ao Ensino Superior e Técnico. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2022. Brasília: MEC, 2024.

CABRAL, L. S. A. Inclusão do público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. Revista de Educação PUC-Campinas, v. 22, n. 3, p. 371-387, 2017.

DESTRI, Alana; MARCHEZAN, Renata. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. Revista da ABRALIN, p. 1-25, 2021.

DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. 2003.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. 2007.

EUGÊNIO, Josiane; DA SILVA, Alex Sander. “Os professores não sabiam o que fazer comigo!”: reflexões interseccionais de uma mulher negra com deficiência. Educação em Revista, v. 23, n. 1, p. 27-42, 2022.

FARIAS, A. Q. Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2017.

FARIAS, Adenize Queiroz de; BEZERRA, Andreza Vidal; PITA, Fábila Halana Fonseca Rodrigues. O ACESSO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NORDESTINAS: um diálogo interseccional à luz de contribuições feministas. Eventos Pedagógicos, v. 14, n. 3, p. 591-602, 2023.

FLORES, Sharon Rigazzo. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da Colônia a República. Revista internacional de educação superior, v. 3, n. 2, p. 401-416, 2017.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração mundial sobre educação para todos. Jontiem: UNICEF, 1990.

GARLAND-THOMSON, R. Reconfigurar, repensar, redefinir: estudos feministas da deficiência. In: SANTOS, A. C. et al. Mulheres, sexualidade e deficiência: o interdito da cidadania íntima. Coimbra: Almeida, 2019.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O método de história de vida em pesquisas sobre auto-percepção de pessoas com necessidades educacionais especiais. *Revista Educação Especial*, v. 22, n. 34, p. 139-153, 2009.

HOOBS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

SILVA, J. S. S. da. A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade. *Revista Educação Especial*, v. 33, p. 1-24, 2020.

SILVA, J. S. S. da; González-Gil, F. Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos Procedentes das Investigações Científicas. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 2017, v. 23, n. 4.

SOUZA, Fábio Marques de; MELO, Filipe Reis; NOGUEIRA, Silvia Garcia. CONSTITUINDO AS BASES PARA UMA ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO POLÍTICO. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, v. 23, n. 1, p. 325-349, 2023.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher com deficiência. Educação Superior. Estudos Feministas da Deficiência.